

*Expansões humanistas, retrações absolutistas**

MARCOS ANTÔNIO LOPES**

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Os humanistas inovaram o campo da escrita da história. Apoiando-se em fontes escritas, fazendo uso de uma rigorosa crítica documental, e renegando a tutela teológica que acompanhou a escrita da história por toda a Idade Média, a moderna história humanista alargou os horizontes de perspectivas e constituiu-se em um elo rompido na cadeia da ficção épica dos mitógrafos da Idade Média. Mas, ao longo do século XVII, a narrativa histórica vinculou-se estreitamente à construção do Estado. As relações de subserviência da história com o centro do poder político acabaram por fazer dela um dos instrumentos de afirmação do absolutismo. Esse ensaio pretende contrastar alguns aspectos centrais de momentos tão distintos quanto o foram os da história humanista do século XVI e a fase dos panegíricos em louvor ao poder do príncipe por direito divino.

Palavras-chave: Humanismo; Pensamento histórico; História e poder; Absolutismo.

Abstract: The humanists innovated in the field of historical write. Relying on written sources, using critical bases, and denying the theological tutelage that accompanied the writing of history throughout the Middle Ages, the modern humanist history broadened the horizons of perspectives. So, is constituted in a crash point in epic fiction of mythographers the Middle Ages. But, throughout the seventeenth century, the historical narrative is linked closely to state building. The relations of subservience to the center of political power make of history an of central instruments of absolutism construction. This essay intends to contrast some relevant aspects of moments as diverse as were those of the humanist history of the sixteenth century and the phase of the eulogies in praise of the power of the prince by divine right.

Keywords: Humanism; Historical thought; History and power; Absolutism.

* Recebido em 11 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 22 de novembro de 2016.

** Professor na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa).

[...] começarei por definir a história e suas principais divisões; em seguida, [...] adaptarei à história os desenvolvimentos clássicos relativos às ações humanas; assim, distinguirei dentre todos os historiadores, minha escolha pessoal; discutirei então acerca do juízo crítico em história.

Jean Bodin. *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*.

A história do rei [...] é uma sequência contínua dos episódios magníficos que ele dá início e que ele finaliza. [...] Em uma palavra, o milagre segue de perto outro milagre.

Jean Racine. *Eloge historique*.

As comunas italianas foram o centro da renovação da escrita da história. Em seu livro sobre as origens do pensamento histórico moderno, o historiador norte-americano Wallace Ferguson distinguiu os humanistas Leonardo Bruni e Flávio Biondo como os pioneiros destacados dos estudos históricos no berço da Renascença. Por suas inovações, sobretudo quanto às intenções secularizantes da história, esses dois escritores foram modelares. Suas perspectivas centrais tornaram-se referência para muitos historiadores do Renascimento, dentro e fora da Itália. Ao ganhar terreno internacional, explica Ferguson, a história humanista à moda das comunas italianas mais avançadas viu colar-se a ela o conteúdo de diferentes sentimentos patrióticos, o que se verificou na França, na Inglaterra e mesmo em distintas regiões da Alemanha. Exposta ao manuseio de diversas correntes, a história humanista adaptou-se às exigências dos Estados nacionais emergentes que, inclusive, “importaram” historiadores da Itália, com a finalidade de promover estudos e colaborar no aperfeiçoamento de profissionais autóctones (FERGUSON, 1950, p. 37 e ss.). A contratação de escritores como secretários e historiadores nas cortes renascentistas tornou-se uma prática comum, havendo registros disso na Inglaterra, na Polônia, na França, na Espanha, em ducados como a Borgonha e a Baviera, e em cidades livres como Florença, lembra Peter Burke. A notoriedade no domínio da língua latina franqueou ao humanista italiano Ammonio um lugar de destaque nos quadros da monarquia inglesa. Henrique VIII nomeou-o seu secretário

particular. “Esperava-se naturalmente que relatassem sob o melhor ângulo a gesta dos príncipes e dos seus antepassados”, explica Burke, “mas também lhes era muitas vezes proporcionado um acesso privilegiado às fontes de arquivo” (BURKE, 1991, p. 115). Os humanistas procuravam pela proteção dos príncipes seculares também quando estavam em desavença com as tradições defendidas pela Santa Sé. Os estúgios salvadores de Giordano Bruno pelas cortes europeias são ilustrativos da necessidade dos homens de letras de se abrigar sob o manto do poder secular. Nesses embates de ideias, era comum pedirem e obterem proteção, o que se manteve com regularidade ao longo do Renascimento (JOHNSON, 2001, p. 70).

Avanços eruditos

A utilização de humanistas por parte de diferentes regimes políticos ao longo da Época Moderna foi ressaltada pelo historiador escocês John Law, ao demonstrar as novas necessidades dos Estados emergentes com pessoal qualificado para as chancelarias e a própria reprodução de seus quadros. Os historiadores foram beneficiários da nova realidade, mas tenderam à miopia de enxergar as coisas pelas lentes de seus soberanos, exagerando em seus méritos e descuidando dos indícios da realidade (LAW, 1991, p. 33). Espécies de *epistolarum register* dos príncipes, tal a intimidade de suas relações com o poder político, frequentemente mostravam-se solícitos em trompetear como memoráveis até os eventos mais prosaicos da vida de seus empregadores. “A imagem recorrente do escritor que, de joelhos, oferece o seu livro ao príncipe”, lembra Peter Burke, “corresponde frequentemente à realidade. [...] Maquiavel escreve que um dos processos de o príncipe adquirir fama é ‘revelar-se amante das virtudes, dando guarida aos homens virtuosos e honrando os excelentes numa arte’” (BURKE, 1991, p. 107). A situação descrita por Burke pode ser apreendida em preciosos detalhes na “genuflexão” rendida pelo áulico do rei Henrique II, na forma de uma carta prefacial de louvores às excelências de um príncipe que não apenas expandiu o jardim das belas letras no reino da França, fazendo ainda frutificar a língua francesa por sobre todos os idiomas da Cristandade (AMYOT, [s.d.], p. 19 e ss.).

Em *A ideia da história perfeita*, George Huppert analisou o processo intelectual que levou à elaboração de maneiras de se conceber a história não mais como um jogo espirituoso de feitos e palavras, mas como um campo neutro de reflexão sobre a realidade social fundamentado em provas. Na França, durante a segunda metade do século XVI, alguns homens de letras conseguiram propor, de maneira formal e erudita, um novo programa para escrever a história. Segundo considerou Huppert, os eruditos da Renascença francesa, influenciados pelas novas orientações surgidas na Itália, acabaram por fundar um novo paradigma historiográfico, fazendo emergir a expectativa de alcançar um conhecimento pleno do passado. Conforme afirma o historiador norte-americano, é impossível dizer que a historiografia contemporânea nasceu da descoberta da crítica histórica no século XIX, pois esta era coisa antiga (HUPPERT, 1973, p. 09). No mesmo sentido, Georges Lefebvre escreveu que, nesse terreno, a França ocupara um papel de protagonismo, constituindo-se como iniciadora de práticas originais na arte histórica. A erudição francesa do século XVI foi, com efeito, uma antecipação da erudição do século XIX (LEFEBVRE, 1974, p. 86). E outros estudos referendam os argumentos de Huppert e de Lefebvre. Ao considerar que humanistas europeus do Renascimento denunciaram as chamadas “invenções dos gramáticos” como autênticas falsificações, Anthony Grafton segue essa linha de raciocínio. Para alcançar um padrão de rigor na pesquisa histórica, humanistas italianos e nórdicos passaram a lançar mão de aparatos eruditos que foram encontrar na tradição clássica (GRAFTON, 1998, p. 72).

Para tanto, um importante trabalho de erudição teve de ser empreendido, no qual se destacaram humanistas como Poggio Bracciolini (1380-1459), personagem célebre por desenterrar, nos inícios do século XV, os textos perdidos da Antiguidade, O importante *De rerum natura*, do poeta romano Lucrécio, figuram ente as suas descobertas. Poggio Bracciolini trabalhou duramente pela conexão dos antigos ao mundo moderno, por meio dos manuscritos perdidos que ia descobrindo nas bibliotecas de mosteiros espalhados por diferentes regiões da Cristandade no alvorecer da Idade Moderna. Além do acima referido texto de Lucrécio, Poggio Bracciolini retirou das trevas muitos artefatos em que foram fixados

discursos célebres do mundo antigo, como o *Institutus*, texto do retórico latino Quintiliano. E não é demais dizer que, nos tempos de Bracciolini, a “ressurreição” de manuscritos era um fenômeno que já deitava raízes ao menos desde a primeira metade do século XIV. O marco inaugural de tal atividade fora lançado por Petrarca, em 1330, quando descobriu fragmentos da obra do historiador romano Tito Lívio. Petrarca abriu as picadas. E os humanistas do Renascimento passaram a integrar às suas agendas o exercício de descobrir e recuperar os registros da sabedoria greco-romana, para imitá-los e, se possível, ultrapassá-los em forma e conteúdo. Petrarca lançou uma moda duradoura que, na época de Bracciolini e seus colegas (entre os quais Niccolò Niccoli, Leonardo Bruni, Lorenzo Valla e muitos outros de equivalente estatura), estava em plena ebulição em diferentes comunas da Itália. E a descoberta e emulação dos tesouros literários da Antiguidade não eram mera recreação de humanistas bem nascidos e endinheirados. Isso porque a atividade exigia capacitação, além de conferir distinção social a seus praticantes. Tanto assim que as grandes descobertas dos tesouros culturais acabaram por lançar as bases dos *studia humanitatis*, o conjunto de princípios que deu forma ao currículo educacional em torno das línguas e literaturas grega e latina. Como se pode presumir, Poggio Bracciolini era especialmente vocacionado para a empresa de desencavar manuscritos perdidos, atuando não somente na descoberta de textos raros, mas compondo obras em variados estilos literários. Seus conhecimentos do grego e do latim atingiram um padrão somente alcançado por poucos, da mesma forma que o seu treinamento em caligrafia, arte da qual possuía domínio incomum, o que lhe foi de grande valia em suas embaixadas políticas para a conquista de seu cobiçado emprego em Roma. Em coro, os humanistas lançavam queixas contra as mandíbulas de Cronos, a desagregar o conhecimento produzido pelos antigos, na forma dos tratados preciosos de argumentação e de retórica gravados artesanalmente em suportes como o papiro e o pergaminho. Além de sujeitos à atividade crítica das traças e de outros agentes voluntários da natureza, tais vestígios do passado exemplar também podiam sofrer a ação de adversários culturais da tradicional sabedoria greco-romana. Em conjunto, essas forças produziram uma atividade lenta, mas nem por isso pouco vigorosa haja vista o grande

volume de textos desaparecidos no Ocidente entre o colapso do mundo antigo e o fim da Idade Média (GREENBLATT, 2012).

Esse trabalho da erudição lançou pressupostos inovadores para a escrita da história. Na França, ao tempo dos últimos Valois, encontrou-se um modo diferente de se conceber a história. Os eruditos franceses passaram a demonstrar uma atitude ousada ao se emanciparem do esquema cristão reinante. A história humanista, concebida em termos temáticos e metodológicos inovadores e originais, levou Jean Bodin e uma série de outros praticantes do gênero emergente a pensar no advento de uma história perfeita. Nesse ambiente intelectual, a história deixou de ser, durante algumas poucas décadas, simples literatura encomiástica ou “romance dos reis” (CHARTIER, 1989, p. 25), elevando-se à condição de uma forma rigorosa de conhecimento, forma esta fundamentada na crítica de um amplo corpo de fontes (HUPPERT, 1973). A história perfeita dos eruditos franceses pretendeu inovar não só pela ampliação de vistas temáticas, mas também, e principalmente, pelos pressupostos utilizados no trabalho da interpretação de documentos. Ao lado do projeto de uma história total, no sentido de abarcar uma universalidade de assuntos, os eruditos pretenderam orientar-se por uma crítica documental rigorosa, com o fito de apurar o conhecimento do passado da França e assim conhecer a verdade sobre suas autênticas origens. Em maior grau o esforço se voltava para o afastamento de lendas e mitologias políticas diversas, sobretudo aquelas relacionadas às origens troianas dos franceses. A história assim propugnada pela nova erudição representou um ponto de mutação no gênero ao desconsiderar esquemas narrativos muito celebrados, como as crônicas patrióticas tecidas em louvor dos reis cristianíssimos. É nesse sentido que a nova história humanista representou um elo rompido na cadeia da ficção épica e mitológica dos cronistas da Idade Média e, mais ainda, dos historiógrafos a soldo dos Tempos Modernos.

Mesmo consideradas todas as suas inovações, a nova história dos eruditos franceses do século XVI foi um movimento de superfície, não indo além de representar pequena fissura na complicada tapeçaria literária do Antigo Regime, cultura conservadora por excelência de inúmeros temas e estilos muito antigos, datando de alguns séculos. O projeto de uma

história perfeita fundada principalmente na pesquisa empírica e numa relação reflexiva com a documentação original que se ia descobrindo e explorando não conseguiu abrir caminho por muito tempo, falhando assim em conquistar uma hegemonia sobre outros estilos narrativos do gênero. Segundo a avaliação de Pierre Chaunu, o ponto de perfeição alcançado pela história nos tempos das Guerras Religiosas foi sustentado por um curto lapso. “O século XVII, apesar de alguns empenhos individuais, apesar do trabalho obscuro de elaboração dos estudos de base da erudição eclesiástica”, referiu Chaunu, “assinala uma parada na escalada historicista” (CHAUNU, 1976, p. 56). No século XVII ocorreu aquilo que Philippe Tétart descreveu como “o século de sonolência de Clio” (TÉTART, 2000, p. 65).

Na era do absolutismo ou da *raison du prince*, cujo início coincidiu com o advento dos Bourbons, a história se calou diante dos novos imperativos do Estado monárquico (MANDROU, 1978). O absolutismo de direito divino, regime político inibidor dos engenhos da livre criatividade, passou a não mais admitir formas de discursos que não fossem constituídos apenas de louvores ao príncipe, núcleo sagrado e incontornável da narrativa histórica. Escrever história tornou-se um ofício estritamente regulado pelo poder. O controle rígido da liberdade de expressão, sobretudo nos tempos de Luís XIV, fez com que o discurso histórico soasse como uma nota inconfundível de encômio dinástico. As estratégias de glorificação do príncipe levadas a termo por escritores áulicos e que ultrapassaram em algumas léguas todos os graus de dignidade cortesã, estratégias estas aliadas à pesada dogmática católica da tradição galicana, asfixiaram o campo da criação de uma história livre das homenagens obrigadas.

Bloqueios seiscentistas

Nas considerações de Louis Marin, a literatura dos turiferários fez com que o desejo do poder absoluto, a ambição da glória incomparável do monarca, tomasse a forma do próprio tempo. Diante de toda a gravidade régia alcançada ao longo do século XVII pelo novo príncipe cristão, o monarca absoluto passou a ser concebido como o centro narrativo da história, e isso

no presente mesmo das ações extraordinárias do soberano. O “memorial da memória” do rei, diz Marin, preencheu o tempo num passado que era o presente eternizado.¹ “Distante e severo, o rei, protetor das artes, detém o temível poder guerreiro. Sob os medalhões das obras da monarquia, em meio aos cortesãos imobilizados pela deferência, o rei assume a pose do herói seguro da colaboração do Olimpo” (CASTAN, 1991, p. 31), ilustra o historiador Yves Castan acerca da espetacularidade da realeza solar em seus anos mais riosos. Com a sua teoria da soberania indivisível e, de preferência, concentrada nas mãos de um corpo político natural (aquele próprio do monarca), o erudito e inovador Jean Bodin havia energizado essa atmosfera pesada com os princípios da ordem e da obediência. Para Richard Bonney, de uma maneira aparentemente weberiana, Bodin atribuía ao chefe de Estado o monopólio legítimo da força (BONNEY, 1989 p. 29).

Ao longo da era do absolutismo, em que o poder político foi magnetizado por um cipal de dimensões simbólicas — hoje a requerer tradução especializada —,² a história adquiriu uma destreza multifuncional. Como forma discursiva coadjuvante do poder régio, foi um dos instrumentos mais eficazes de propaganda. Naqueles tempos a história foi, em alguns reinos europeus, uma forma literária que muito se assemelhou à epopeia clássica. Os historiadores deveriam celebrar os feitos de seus príncipes, dando destaque proporcional aos homens eminentes que os rodeassem, numa forma de compartilhamento estudado da glória. Em sua arte o historiador deveria conciliar o louvor a um estilo elevado da escrita, imposição nascida da própria superioridade do seu assunto predominante. Ora, nos livros de história a realeza sagrada era sempre o eixo em torno do qual se desenrolava a história da monarquia. A presença do príncipe cristão era o núcleo fundador da ordem em todas as dimensões da vida comum e sua ausência sinalizava a perda da estabilidade desejada e mantida por Deus.

¹ Cf. Marin (1981, p. 13). Acerca de concepções da história na França seiscentista, ver também Jean-Marie Apostolidès (1987); Nicole Ferrier-Caverivière (1981) e Peter Burke (1993).

² Ver a síntese desse debate historiográfico — sobretudo as contribuições trazidas pela “escola cerimonialista” norte-americana para a história dos rituais políticos na França moderna — em Alain Boureau (1991).

O príncipe era “o centro sagrado de um universo religioso” (TYVAERT, 1973, p. 522). Ao longo do século XVII, coube à história elaborar os retratos morais da realeza cristã. Encômios que combinaram uma série complexa de artefatos retóricos tomados à tradição clássica dos grandes escritores (Tito Lívio adiante de todos), a história assumiu o trabalho de elaborar enredos dramáticos para a biografia dos príncipes.

Desse modo, a elevação retórica dependia da multiplicação do valor pessoal do soberano. Uma questão a ser resolvida ligava-se ao problema de se identificar os escritores mais efetivos em produzir o senso de grandeza e glória tão essenciais à propaganda régia. Alguns historiógrafos foram muito prestigiados nas cortes do Antigo Regime. Em Versalhes, logo no início do reinado de Luís XIV, já se contavam seis pensionistas da monarquia, todos eles cumprindo o ofício de historiógrafos régios. Parafraçando as reflexões de Peter Burke acerca dos usos da história na república aristocrática veneziana, a história oficial nos tempos da realeza solar tornou-se instrumento literário do *marketing* político, recurso de equivalência próxima às pinturas ilustrativas das grandes performances do monarca (BURKE, 1991, p. 105). E os autores dramáticos eram os mais vocacionados para as disputadas funções de historiógrafo, lembra Ariès, uma vez que embalavam seus encômios com a destreza superior própria de uma imaginação completamente desimpedida de senso crítico (ARIÈS, 1989). Na França absolutista alguns nomes de talento se deliciaram com as benesses de uma atmosfera tão confortável, entre eles personagens centrais da história literária seiscentista como Racine, Pellisson e Bossuet. Anos mais tarde o próprio Voltaire em pessoa ocupou o posto de historiógrafo oficial de Luís XV. Eram os meados dos anos 1740 e, naquela quadra de sua existência, o escritor passava alguns meses acompanhando a comitiva do Bem-Amado, ocasião em que tinha a oportunidade de tecer diálogos com Mme. de Étirole. Por tais entretenimentos logo conseguiu uma nomeação como “historiador oficial do reino”, obtendo ainda de Luís XV o cargo de “fidalgo ordinário” nos aposentos do príncipe. Sua singela conclusão para tais distinções: para se alcançar êxito na vida, é mais fácil ser gentil

com a amante do rei do que escrever cem volumes.³ Contudo, a sedução exercida pela proximidade com reis seria uma situação pouco confortável para Voltaire. No período em que passou em Potsdam como camareiro de Frederico II (portador que foi da célebre chave de prata folheada a ouro, adereço distintivo de sua elevada condição fidalga), o escritor admitiu sua preferência à liberdade, mesmo diante de todas as benesses dos cortesãos. A sua perspectiva era de que não havia liberdade possível para os homens de letras quando habitam as redondezas do poder, até porque essas pobres criaturas não possuem autonomia financeira; e “a pobreza tira a coragem”, considera Voltaire, “e todo filósofo de corte se torna tão escravo quanto o primeiro oficial da Coroa”.⁴ Mas houve quem mais mantivesse espírito crítico diante das facilidades desse mundo. Montesquieu, por exemplo, ressaltou a sua capacidade de resistência ao canto sedutor da sociedade de corte. Em seu livro de reflexões esparsas (*Mes pensées*), ele afirmou:

Não quis fazer minha fortuna por meio da corte; pensei fazê-la valorizando minhas terras [...]. Não peço à minha pátria nem pensões, nem honras, nem distinções; encontro-me amplamente recompensado pelo ar que nela respiro; gostaria que não o corrompessem.⁵

Empenhada em estreita colaboração para o reforçamento do poder real, ao longo do século XVII a história incumbiu-se de sepultar o original e ambicioso projeto de novas perspectivas de investigação por parte de historiadores quinhentistas como Bodin, Pasquier, La Popelinière, Hotman, entre outros. A ideia da história perfeita acabou por revelar-se uma influência modesta no interior da ordem absolutista em formação desde os fins do século XVI, quando do término das guerras religiosas e do início do reinado de Henrique IV. As motivações para tal declínio são de diversa ordem, podendo-se alinhar tanto as sufocações do poder político quanto as controvérsias confessionais entre católicos e protestantes —

³ Cf. VOLTAIRE. *Memórias que servem à vida do sr. de Voltaire escritas por ele mesmo*, p. 44 e ss.

⁴ VOLTAIRE, *Memórias que servem à vida do sr. de Voltaire escritas por ele mesmo*, p. 53.

⁵ Aqui é citado trecho das passagens reunidas por Jean Starobinski (1990, p. 142 e ss.).

que inundaram de teologia o campo da história —, e ainda a crescente influência do cartesianismo, que a desacreditou como uma fonte segura de conhecimento do passado. Arnaldo Momigliano lembra que, ao longo do século XVII, os historiadores ficaram sem credibilidade porque caíram sob a órbita das grandes dinastias políticas, o que os transformou em meros prestadores de serviços de interesses sectários (MOMIGLIANO, 2004, p. 108). Os desdobramentos da Reforma fizeram com que a história humanista perdesse a essência de sua primeira fisionomia erudita. O advento do protestantismo imprimiu-lhe a marca de uma nova orientação teológica (FERGUSON, 1950, p. 37 e ss.). Descartes desdenhou a história ao ponto de um desprezo profundo, considerou Georges Lefebvre (LEFEBVRE, 1974, p. 97). Todas as formas de conhecimento vinculadas à pesquisa empírica e documental foram vistas com olhar olímpico por Descartes, diz Robert Nisbet. Segundo Nisbet, o autor do *Discurso do método* afirmara, com ares de ironia, “... que os historiadores são pessoas que passam suas vidas aprendendo fatos sobre a vida romana que qualquer escrava analfabeta do tempo de Cícero conhecia perfeitamente” (NISBET, 1985, p. 127 e ss.).

Independentemente da visada cartesiana, os heróis dos Tempos Modernos continuaram ávidos por encontrar seus respectivos Homeros, hábeis construtores de memória que lhes amplificassem as virtudes em páginas enfiadas de encômios. A esse respeito talvez venham a propósito as considerações de Gervinus, quando argumentou que o exercício da escrita da história é incompatível com formas políticas em que há concentração do poder, por si mesma uma energia paralisante da criatividade individual. “Por isso”, diz o autor alemão, “ao lado de um Luís XIV, talvez possam existir poetas de algum valor, não, porém, historiadores” (GERVINUS, 2010, p. 127). O desenvolvimento da análise de documentos históricos, como aparece em textos centrais como *De re Diplomatica* (1681), de Jean Mabillon, e o surgimento da escola francesa de Chartres, alterariam esse panorama. Aos poucos, e isso por obra dos esforços preliminares de alguns estudiosos compenetrados e um tanto isolados da esfera de influência direta do poder — como os monges de certas ordens religiosas —, a história tornar-se-ia um campo de investigação progressivamente demarcado por regras reconhecidas por um grupo de profissionais (WHITE, 2001; GRAFTON, 1998). Como

bem notou Pierre Vidal-Naquet (2002, p. 151), foi dos desenvolvimentos dessa tradição crítica que emergiu a “ciência histórica” atual.

Ao longo da Época Moderna, a história como colheita de lições úteis para a vida aos poucos perdeu o vigor que caracterizou o gênero por mais de dois milênios. E não há um ponto fixo que estabeleça, de uma vez por todas, o derradeiro colapso de tão extensa tradição. Nos finais do século XVII — em 1687, mais precisamente, data do célebre texto de Perrault intitulado “Le siècle de Louis le Grand” —, a Querela dos Antigos e Modernos tentava romper de modo mais vigoroso com a admiração pelo passado, com certa afetividade ainda reverencial pelas antiguidades, afetividade esta revelada por La Bruyère em seu “Discours sur Théophraste”. Nesse texto, o moralista seiscentista apontava o fascínio dos homens cultos de seu tempo pelas excelências contidas na sabedoria das antiguidades de todas as espécies. Segundo ele, a história do mundo, em seu estado presente, parecia insossa aos homens de cultura, inteiramente alheios às particularidades de sua própria época.

Quelques savants ne goûtent que les apophthegmes des anciens et les exemples tirés des Romains, des Grecs, des Perses, des Égyptiens; l'histoire du monde présent leur est insipide; ils ne sont point touchés des hommes qui les environnent et avec qui ils vivent, et ne font nulle attention à leurs moeurs (LA BRUYÈRE, 1890, p. 2).

A reação de La Bruyère faz crer que o culto cego às coisas antigas havia sido responsável por embalsamar as artes clássicas, isolando-as numa redoma nobilitante. Os textos de história aí se incluíam. É assim que se explica a razão de Plutarco ter sido o ídolo de Montaigne, e Cícero o deus de toda a sociedade literária por tanto tempo.

Mas a descoberta do distanciamento ressaltou progressivamente o valor próprio de ser moderno, conforme a reação enérgica de La Bruyère, amplificando a virtude de se constituir o homem, digamos assim, em um produto do hoje em dia, uma consequência direta de inovações promovidas pela passagem do tempo. E as novidades galopantes em curso clamavam por se legitimar. Então, de que maneira proceder na afirmação das virtudes do novo? Por meio de seu próprio elogio, ainda que não se

abrisse mão de respeitosa admiração pelos clássicos. No plano da cultura histórica, foi a partir de fins do século XVII que a modernidade destravou mais decisivamente as portas para o ingresso e a expansão progressiva de noções como a diferença qualitativa dos tempos. Ao término do século XVIII Johann Gottfried Herder tinha em mãos os elementos para declarar, em seu *Ideias para uma filosofia da história da humanidade*, a importância de ver as coisas em seus próprios lugares.

Referências

- AMYOT, Jacques. Aos leitores. In: PLUTARCO. *Vidas dos homens ilustres*. São Paulo: Editora das Américas, [s.d.].
- _____. Epístola ao muito poderoso e cristianíssimo rei de França Henrique II. In: PLUTARCO. *Vidas dos homens ilustres*. São Paulo: Editora das Américas, s.d.
- APOSTOLIDÈS, Jean.-Marie. *Le roi-machine*. Spectacle et politique au temps de Louis XIV. Paris: Editions Minuit, 1987.
- ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BARRET-KRIEGEL, Blandine. *L'histoire à l'Age Classique*. La défaite de l'erudition. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- BONNEY, Richard. *L'absolutisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- BOUREAU, A. Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique. *Annales ESC*, n. 6, 1991.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. Atitudes e valores. In: _____. *Veneza e Amsterdã*. Um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. O cortesão. In: GARIN, Eugenio. (Org.). *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.
- CASTAN, Yves. Política e vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (Org.) *História da vida privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- CHARTIER, Roger. Apresentação. In: ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- CHAUNU, Pierre. Uma história da História. In: _____. *A história como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERGUSON, Wallace. *La Renaissance dans la pensée historique*. Paris: Payot, 1950.
- FERRIER-CAVERIVIÈRE, Nicole. *L'image de Louis XIV dans la littérature française de 1660 à 1715*. Paris: PUF, 1981.
- GERVINUS, Georg Gottfried. *Fundamentos de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GREENBLATT, Stephen. *A virada: o nascimento do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HUPPERT, George. *L'idée de l'Histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973.
- JOHNSON, Paul. *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LA BRUYÈRE, Jean de. Discours sur Théophraste. In: _____. *Les caractères ou les mœurs de ce siècle*. Paris: Librairie Hachette, 1890.
- LAW, John. O príncipe do Renascimento. In: GARIN, Eugenio (Org.). *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- LEFEBVRE, Georges. La historia humanista fuera de Italia. In: _____. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona: Martinez Roca, 1974.
- MANDROU, Robert. *La raison du prince*. Paris, Marabout, 1978.
- MARIN, Louis. *Le portrait du roi*. Paris: Minuit, 1981.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Editora UnB, 1985.
- STAROBINSKI, Jean. *Montesquieu*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TÉTART, Pierre. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.
- TYVAERT, Michel. L'image du roi. Légitimité et moralité royales dans les histoires de France au XVIIIe siècle. *Revue de Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, n. 21, 1973.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. Diodoro e o Velho de Creta. In: _____. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Razão e contrassenso na história. In: _____. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001.